

DOCUMENTO

Ruy de Ayres Bello nasceu a 05 de julho de 1904 no sítio, Riacho dos Bois, nas terras do Engenho Queimadas, no município de Barreiros, (PE), Zona da Mata Sul do Estado, e faleceu em 1997. Tornou-se conhecido como educador de escola pública de várias gerações, bem como por sua catolicidade e pela dedicação ao ensino e à administração escolar. Foi professor da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Conselho Estadual de Educação, político e escritor de quase uma dezena de obras didáticas. Sua obra literária está dividida entre memórias e obras técnicas destinadas à Educação. Foi também Membro da Academia Pernambucana de Letras.

Sua atuação como professor se deu desde os anos de 1940 em duas principais instituições de ensino normal de Pernambuco: a Escola Normal de Pernambuco (primeira escola normal de Pernambuco que fora criada em 1864) e a Escola Normal Pinto Junior (fundada em 1875 pela Sociedade Propagadora da Instrução Pública), nas quais foi também diretor.

Destaque-se ainda a contribuição editorial de Ruy de Ayres Bello, resultante de seu autodidatismo, posto que os únicos estudos regulares que fez, foi o curso primário, no interior de Pernambuco, em Barreiros. São relevantes como fontes histórico-educacionais suas obras didáticas publicadas desde a década de quarenta do século XX: Introdução à Pedagogia (cuja 1ª edição é de 1941); Esboço de História da Educação (1ª edição em 1945) e Filosofia Pedagógica (1ª edição em 1946); depois, nos anos de 1950, Princípios e Normas de Administração Escolar (1ª. edição em 1956), e Pequena História da Educação, cuja 1ª. edição aconteceu em 1957; e nos anos de 1960, Introdução à Psicologia Educacional (cuja 1ª. edição é de 1963), e Filosofia da Educação (cuja 1ª. edição é de 1965, porém resulta está de uma revisão da obra Filosofia Pedagógica, cuja 1ª. edição é de 1946).

Certamente, a sua autobiografia intitulada, Memórias de um Professor, (publicada em 1982) elucida tais obras didáticas, mas também a legislação educacional federal e estadual entre outros aspectos, bem como o seu vínculo à concepção católica de educação, uma versão da Pedagogia Tradicional. Pode-se concordar que ele seja um intelectual com múltiplas atribuições. Seu catolicismo fervoroso foi propagado através de concepções pedagógicas de cunho neotomista. Sua contribuição editorial para a educação, bem como as redes de sociabilidade que o conduziram, expressam sua trajetória em diversos espaços de atuação educacional, política e religiosa de Pernambuco.

O sentimento religioso católico esteve muito presente na vida de Ruy de Ayres Bello, o que se traduziu em seus escritos. Além de ser conhecido por suas publicações didáticas, ele é também referido por vários intelectuais, em particular desde os anos de 1930, uma vez que participou e fez convergir orientações antiliberais, anticomunistas, e conservadoras, comuns à conjuntura político-religiosa desde os anos de 1920.

Era ainda 'meninote', com seus 16 anos, no ano de 1920 quando começou a lecionar na Escola Paroquial de São Miguel, em Barreiros. Atuou nessa instituição por três anos, a partir da qual, segundo ele, aprendeu a ensinar ou tentou ensinar numa classe primária elementar. Depois, foi a era ainda 'meninote', com seus 16 anos, no ano de 1920 quando começou a lecionar na Escola Paroquial de São Miguel, em Barreiros. Atuou nessa instituição por três anos, a partir da qual, segundo ele,

aprendeu a ensinar ou tentou ensinar numa classe primária elementar. Depois, foi a trabalho para o Patronato Agrícola João Coimbra (Tamandaré, PE). Em 1924, aos 20 anos, foi nomeado, pelo Governo Federal, inspetor de alunos do referido do Patronato. Oficialmente, o Patronato foi inaugurado em novembro de 1924. Professores ainda não havia. Ruy justifica que o lugar não era atrativo pelo difícil acesso, o que ficava, em sua expressão, ‘quase no fim do mundo’. Só se podia andar a cavalo ou de carros de boi. A escola era de nível um pouco acima do primário, e havia apenas um professor para cada turma, que podia ser composta de alunos de vários níveis, porém já alfabetizados. Era o que se conhecia então por escola isolada.

Tinha Ruy Bello 23 anos, quando o primo Estácio Coimbra, governador do Estado de Pernambuco, fez a ele um convite para assumir o cargo de 3º escriturário da Diretoria de Estatística. Era uma promessa feita há várias anos pelo primo, que visava levar Ruy Bello para a capital, Recife; seria onde ele teria oportunidade de continuar os estudos e de melhores perspectivas de vida e de trabalho. No entanto, declinou do convite por compreender-se como homem avesso aos cargos burocráticos; preferiu continuar professor.

Em 1933, também foi professor em algumas escolas particulares na cidade do Recife. Relata ter tido certa dificuldade por não ter o registro de professor secundário no Ministério da Educação. E um dos destaques de sua atuação como professor, foi a chegada ao Ginásio do Recife. Neste ensinava a disciplina Religião, uma vez que ela não exigia registro para o magistério. Faz-se mister ressaltar que o ensino religioso se tornara facultativo nacionalmente em 1931, e que fora depois constitucionalizado em 1934, o que aconteceu em todas as constituições brasileiras subsequentes.

Ruy Bello integrou uma família de políticos. Foi eleito na legenda *Pelo Cristianismo Social* em 1934, como Deputado da 1ª Legislatura (1935-1939). Fez parte da comissão permanente de Fazenda, Orçamento e Contas do Estado de Pernambuco. Foi em meio ao período ditatorial varguista, denominado por Estado Novo (1937-1945), que Ruy Bello consegue em 1938, com o apoio do secretário e do interventor, uma nomeação para professor da Escola Normal. Porém não aceitou ser nomeado como efetivo. Justificou que não pleiteava nada de indevido pois, embora não tivesse títulos, contava catorze anos de magistério, inclusive cinco no ensino secundário; também vinha ensinando Pedagogia há quatro anos em escolas normais particulares, equiparadas à oficial. Porém, mesmo assim foi posteriormente nomeado Diretor da Escola Normal.

Nessa conjuntura, o país estava atravessando um regime político de exceção, necessariamente transitório. Ruy Bello preocupado com sua ilegalidade no cargo, solicitou a que se programasse um concurso para a ocupação de uma cátedra. E, em dezembro de 1939, através do mesmo, Ruy Bello passou a ser professor na Faculdade de Direito do Recife.

Em vários prefácios às suas obras, Ruy Bello sinalizava a respeito dos objetivos a quem se destinavam, bem como sobre os motivos que o levaram à escrita das mesmas. Nas primeiras décadas do século XX, ainda eram escassos os livros de matéria pedagógica em língua vernácula. Ruy Bello bem enfatiza no prefácio da obra “Introdução a Pedagogia”, publicada em 1941, essa questão: “Este livro é constituído pela matéria de um Curso de pedagogia dado por mim na Escola Normal de Pernambuco em 1940. Não encontrando em nossa atual literatura pedagógica nenhum livro que correspondesse ao programa da minha cadeira, fui forçado a fazer resumos das minhas aulas, fornecendo-os depois, às alunas, para melhor fixação dos assuntos estudados” (Prefácio. Introdução a Pedagogia. BELLO, 1941, p. 7).

A pesquisa histórico-educacional também tem se voltado, desde algumas décadas atrás, aos manuais escolares, dos quais os de Pedagogia são parte. Anteriormente, tal modalidade de fonte histórico-educacional fora negligenciada tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos. Aos livros didáticos podem ser buscadas respostas às questões: qual é a sua destinação? Quem são os autores? Quem são os editores? Como é feita a difusão? Quais os conteúdos explícitos abordados? Quem tem acesso? Porém, para além dessas dimensões editoriais, também neles se encontram concepções de Pedagogia, de Educação, de Didática, de professor, de aluno, de ensino, de aprendizagem etc.

A obra, *Introdução à Pedagogia* (1941), refundida em 1946 com o título de *Filosofia Pedagógica*, expressa, dentre muitos temas, concepções pedagógico-didáticas. Poderiam ser distintas duas grandes concepções: de um lado, aquelas em que a teoria sobrepõe-se à prática; de outro, aquelas, ao inverso, em que a prática sobrepõe-se à teoria. A posição de Ruy de Ayres Bello se revela pela primeira, ou seja, uma concepção 'teórica' enseja fundamentalmente a compreensão de educação, de ensino, de aprendizagem. Também o aluno é compreendido como resultante de uma teoria do ensino, da qual a aprendizagem é uma derivação; ou seja, a educação é compreendida como se fosse um artesanato, que visava esculpir o educando, modelando-o como se fosse uma porção de argila.

Dessa forma, sua teoria pedagógica expressa o entendimento, de que a educação é compreendida, teorizada e praticada, dimensão essa submetida a uma teorização, cuja explicação é externa à existência, à história e ao próprio processo de educação. O autor em apreço esteve referido, como já se ensejou anteriormente, à pedagogia católica, que no decorrer de sua trajetória como escritor, desde os anos de 1940 aos anos de 1960, trouxe uma contribuição significativa para a didatização da formação do professor através das obras já mencionadas, fossem elas destinadas às escolas normais ou aos cursos de Pedagogia emergentes desde o ano de 1939. Tal atuação espelhou uma concepção de Igreja que veiculava não só pelas instituições privadas confessionais católicas, mas também pelas públicas.

Tal embate entre a Pedagogia da Essência, mais conhecida nos meios educacionais como Pedagogia Tradicional, e a Pedagogia da Existência - expressa pela orientação escolanovista no Brasil desde os anos de 1920 -, esteve presente desde o final do século XIX, porém ela se tornou particularmente marcante a partir dos anos de 1920, a mesma década em que a Igreja Católica no Brasil se propôs a um plano de ação pastoral, de caráter nacional, conhecido historiograficamente por Restauração Católica.

Ruy de Ayres Bello foi um dos baluartes de tal Restauração, que se expressou, pelo menos, até o final dos anos de 1950. E nesse contexto podem ser ressaltados dois aspectos de caráter conjuntural: o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, quando novos horizontes teológicos e pastorais entraram em cena; e a renovação católica através dos movimentos populares ao final dos anos de 1950, dos quais Paulo Freire participou pela expressiva Pedagogia Libertadora, bem como vieram a lume a JUC (Juventude Universitária Católica, a UNE (União Nacional dos Estudantes, o MEB (Movimento de Educação de Base) entre outros.

Tal Restauração Católica, se compreendida desde os anos de 1920, confrontou-se com o movimento da Escola Nova, o qual teve uma trajetória de autoafirmação crescente nos meios educacionais até os anos de 1960. Pode-se, dessa forma, afirmar que os manuais escolares de Ruy Bello, bem como de outros militantes dos meios católicos, participaram desse embate em defesa da

referida Restauração. Tal confrontação, porém, não pode ser concebida como superada, posto que as estratégias de evangelização católica passaram pelas instituições católicas, enfim pela disseminação da visão de mundo cristã.

A orientação católica conseguiu, através do manual de Ruy de Ayres Bello, *Filosofia da Educação*, de orientação neotomista, “[...] em 1967, atingir um número maior de edições do que a *Pequena Introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*, de Anísio Teixeira, um dos teóricos do movimento da Educação Nova no Brasil. Este livro, cuja primeira edição, denominada *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*, data de 1934, atingiu, em 1968, a 5ª edição” (SAVIANI, 2006). Além disso, deve ser levado em conta que o manual de Ruy de Ayres Bello, cuja 1ª edição saiu em 1941, sob o título de *Introdução à Pedagogia*; e em 1946, com o título *Filosofia Pedagógica*, foi reeditado, de forma modificada e aumentada em 1955; atingiu em 1965 a 5ª edição, quando teve seu título modificado para *Filosofia da Educação*, chegando à 6ª edição em 1967.

Pesquisa em andamento aponta que, concretamente, ele foi utilizado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação em diversas regiões do país. Certamente, elegeram-no como um suporte para a difusão dos saberes da pedagogia humanista cristã. Em suas palavras: “Na filosofia tomista, o problema da educabilidade é posto de forma muito mais compreensiva e a solução que aí recebe não só evidencia a possibilidade da educação [...]” (BELLO, 1941, p. 52), que “[...] é relativa e encontra limites que não pode de forma alguma transpor. A educação não é uma segunda criação do homem, mas um aperfeiçoamento do mesmo” (Idem, p. 55). Mais adiante, esclarece o mesmo autor: “A pedagogia cristã encontra também explicação para os limites da eficiência da ação educativa na depravação ingênita da natureza humana, por efeito funesto do pecado original, que, sendo um dogma de fé, tem a evidência de uma verdade científica, demonstrada pela observação da mesma natureza do homem em que se notam os vestígios de um estudo primitivo bem mais perfeito do que o atual” (Idem, p. 56).

Os estudos filosóficos de Ruy Bello foram realizados com afinco em obras que ele cita em sua autobiografia, tais como, o tratado de Filosofia de Gaston Sortaim, S. J. Também adquiriu, por intermédio do Padre Fernandes, que importava livros da França, *Elements de Philosophie*, de Jacques Maritain, um filósofo neotomista francês muito difundido no Brasil.

Ainda em Barreiros, confessa Ruy Bello, um feliz acaso que permitiu sua iniciação no estudo da Filosofia. Informa, que na biblioteca de um padre, encontrou o *Compêndio de Filosofia ordenado segundo os princípios e métodos de Santo Tomaz de Aquino* e os *Princípios sociais e políticos de Santo Agostinho*. Na obra, *Filosofia Pedagógica*, o autor buscou inspiração na filosofia tomista, em contraposição ao ecletismo filosófico e ao pragmatismo, este um fundamento da Escola Nova. Entretanto, os fundamentos da filosofia tomista demonstravam que o naturalismo de Aristóteles era obra divina, e não havia incompatibilidade entre o real conhecido (realidade) pela razão e o real conhecido por Deus. Assim, tudo que conhecemos pela razão é compatível com o que aceitamos pela fé. “É nos velhos e perenes ensinamentos da pedagogia tomista que vamos encontrar a solução do problema da educabilidade humana”.

O octogenário, Ruy de Ayres Bello, não era homem de ficar deitado na rede vendo o tempo passar. José Rafael de Menezes rememora aqueles tempos, pois ao deixar, com mais de 75 anos, a Escola Normal Pinto Júnior, passou a completar suas obras literárias, revendo-as. Algumas foram reeditadas. Alguns livros dele foram sucesso no sul do país, por exemplo, Santa Catarina e Paraná.

A vida e a obra de Ruy Bello estão centradas na sua fé, no seu apostolado religioso e na sua fidelidade à Igreja. Chega a refletir que seus impulsos apostólicos se manifestavam também em polêmicas e controvérsias, ao modo de um Alceu Amoroso Lima que, indagado sobre a sua ortodoxia católica, refletia que naqueles idos dos anos de 1930, olhava o mundo pelos vitrais coloridos das catedrais (RÉGIS DE MORAIS, 1985). A sua devoção ao catolicismo lhe rendeu a ocupação de cargos em várias instituições religiosas e políticas de Pernambuco. Seu conservadorismo era notado nas defesas que fazia nos jornais, bem como nos discursos que proferia. Ruy foi um divulgador do catolicismo, bem como um importante defensor para que a Igreja fosse vivificada nos espaços sociais e culturais.

O *documento* que se inclui a seguir a essa apresentação, é um extrato da obra *Filosofia da Educação (Para os estudantes dos Cursos de Pedagogia)*, 5ª. edição. São Paulo: Editora do Brasil, 1969, Unidade IX, O Educador, p. 137-147. Como se informou anteriormente, sua 1ª. edição é de 1955, que resulta de uma revisão da obra *Filosofia Pedagógica* (cuja 1ª. edição é de 1946, capítulo IV, intitulado *O Educador*, p. 59-68). Porém, estas duas obras não podem ser compreendidas como diversas das publicações anteriores, como a de 1941, intitulada *Iniciação à Pedagogia* e, mesmo, a sua tese de concurso de 1939, intitulada *Finalidade em Educação*.

Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Universidade Federal de Uberlândia, andreaagnes@doutorado.ufu.br

José Carlos Souza

Universidade de Uberaba (UNIUBE) e da Universidade Federal de Uberlândia, jcaraujo.ufu@gmail.com

UNIDADE IX - O EDUCADOR

SUMÁRIO

1. CONCEITO DE EDUCADOR
 - a. Diferentes sentidos desse termo.
 - b. O educador, no estrito sentido.
2. O EDUCADOR, CAUSA EFICIENTE AUXILIAR DA EDUCAÇÃO.
3. A VOCAÇÃO DO EDUCADOR.
 - a. Conceito de vocação profissional.
 - b. Características da vocação do educador.
4. A PERSONALIDADE DO EDUCADOR.
 - a. A técnica pedagógica e a personalidade do mestre.
 - b. A contribuição da ciência para a formação da personalidade do educador.

1. CONCEITO DE EDUCADOR

São vários os sentidos em que pode ser usado o termo educador.

Tomado no seu sentido mais lato, esse termo refere-se a todo homem que, de qualquer maneira, exerça sobre os seus semelhantes uma influência benéfica, no sentido de sua elevação moral e do seu desenvolvimento intelectual, contanto que seja intencional essa influência. O conceito de educador conviria, assim, não só aos que exercem a atividade docente como uma missão especial, mas também aos sacerdotes, escritores, artistas, jornalistas, enfim, a todos aqueles cuja atividade tenha por objetivo, principal ou secundário, estimular o processo espiritual do homem ou da sociedade.

Outras vezes, essa palavra é tomada em sentido ainda mais amplo, designando “o homem que, voluntária ou involuntariamente,

influi na vida espiritual de seus semelhantes, elevando-os a um estado mais perfeito”, como é o conceito de Kerschensteiner¹.

No primeiro caso, considera-se como educador todo homem que exerça, intencionalmente, uma influência espiritualmente benéfica sobre os seus semelhantes, e, no segundo, a extensão de ideia é ainda mais ampliada, incluindo-se no conceito de educador todo aquele que exerça influência com as características citadas, mesmo inconscientemente, sem qualquer intenção e, portanto, sem qualquer objetivo visado.

Há, ainda, quem dê maior elasticidade ao conceito de educador, admitindo, como Stuart Mill, que nesse conceito se podem incluir “as leis, as formas de governo, as artes industriais e, até mesmo, os fatos físicos, independentes da vontade humana, tais como o clima, o solo e a situação geográfica”.

Não nos parece que o conceito de educador possa ter a amplitude que lhe atribui Kerschensteiner e julgamos absurdo que se pretenda incluir nesse conceito até mesmo os fenômenos físicos, pois que a nota fundamental do conceito de educador, mesmo no mais amplo sentido em que se possa tomar esse termo, é a espiritualidade. É isso o que se lê no “Dizionario dele Scienze Pedagogiche”: “Educador é o homem, enquanto espírito, que se comunica com o espírito”²

Admitimos que, no sentido lato, possa ter considerado educador todo homem que, intencionalmente, exerça a influência de resultados educativos, seja qual for a forma como se processe essa influência. Mas, a nossa ver, a intenção de educar é que caracteriza o educador, desde que o ato educativo é, na sua essência, um ato intencional e voluntário, como o define o “Dicionário de Pedagogia Labor”. Impugnamos, por isso, por

¹ Georg Kerschensteiner – “El alma del educador” – Trad. Espanhola, Edit. Laber, S. A.

² “Educatore é l’uomo in quanto é spirito che comunica con lo spirito”.

considera-lo demasiado extensivo, o conceito de educador de Stuart Mill, e também o de Kerschensteiner, pela mesma razão, pois, dado que a intencionalidade é a característica essencial do ato educativo, não se pode considerar educador, em nenhum sentido desse termo, aquele que, só pelo exemplo de sua vida ou mesmo pela sua conduta social ou sua palavra, exerce, inconscientemente, sobre os seus semelhantes uma influência benéfica, em consonância com os ideais da obra educativa. Preferimos, adotando o mesmo ponto de vista de Gottler, considerar a atividade dessas pessoas como fatores da educação, categoria em que estão, também, evidentemente incluídas todas aquelas circunstâncias que Stuart Mill inclui no conceito de educador³.

No estrito sentido, no sentido rigorosamente pedagógico do termo, educador é o homem que, intencional, direta e sistematicamente, exerce não apenas como uma profissão, mas também como uma missão, pois como percebeu Kerschensteiner, “unicamente deverá ser mestre aquele para quem está profissão supõe o cumprimento de um desígnio”⁴. E, para caracterizar o educador, nesse sentido estrito, não basta que essa influência seja intencional, mas é preciso que seja, igualmente, sistemática e direta, pois da mesma forma que não se pode considerar médico um homem qualquer, só porque dá alguns conselhos ou faz alguma indicação proveitosa para a saúde, dos seus semelhantes, não se deve, também, considerar educador aquele que difusa e esporadicamente exerce alguma influência educativa, direta ou indiretamente, seja pela sua conduta ou pela sua palavra.

2. O EDUCADOR, CAUSA EFICIENTE AUXILIAR DA EDUCAÇÃO.

Se bem que a educação tenha sua causa eficiente principal no próprio educando, contudo, a função educativa exige um agente externo, sem o que, não pode efetuar-se.

Essa é uma verdade frequentemente esquecida por certos pedagogos modernos, que, partindo de um conceito de educação como uma simples evolução natural e espontânea, reduzem toda a atividade pedagógica a uma ação exercida apenas sobre o ambiente que deve cercar o educando, para evitar qualquer Influência perturbadora do seu natural desenvolvimento e para organizar esse ambiente de modo a torná-lo propício aquele desenvolvimento. “Qual o papel do professor no empreendimento educacional”, indaga Dewey, para logo responder: “E proporcionar um ambiente que estimule as respostas do aluno e lhe dirija o curso da ação. É tudo quanto o professor pode fazer”.

a. Contra semelhante ponto de vista, objeta lucidamente o prof. Horne: “Naturalmente, o novo tipo de professor concebe que sua missão seja, apenas, a de modificar estímulos e proporcionar um meio conveniente. E, naturalmente, todos os professores sempre fizeram isso, até certo ponto, mesmo quando escrevíamos sobre folhas de árvores e fazíamos cálculos na areia. Mas, em uma Filosofia personalista da educação, distinta da pragmatista, o professor não só proporciona o ambiente, mas é ambiente; não só

³ Pode parecer incoerente que, tendo admitido como educação a influência do meio social (Unidade II) influência aleatória, difusa, indeterminada, estabeleçamos aqui, que só pode ser considerado educador aquele que, intencionalmente, exerça atividade educativa. Mas tudo se esclarece ao considerarmos que a educação chamada de

social participa da natureza da autoeducação reflexa, tendo como agente o próprio educando, que utiliza na sua educação os fatores externos.

⁴ Op. Cit.

b. modifica estímulos, mas é estímulo. O contato entre professor e aluno não é, apenas, indireto, mediante uma situação adquirida por aquele, mas também direto, situação de quem manifesta interesse. E as respostas dos alunos não são feitas apenas aos estímulos de uma situação impessoal, mas aos estímulos pessoais de um guia e amigo”⁵.

Baseados num conceito de educação como influência positiva, exercida não apenas sobre o ambiente, mas também diretamente sobre o educando, através da quántupla função de estimular, orientar, instruir, exercitar e corrigir, atribuímos à missão educativa uma dignidade e uma responsabilidade muito maior do que a de simples vigilância, que lhe atribuem certos pedagogos modernos.

Não se pode desconhecer que, como já foi visto, pode o educando dispensar, em alguns casos, o auxílio do mestre, pois, como está no ensinamento tomista, a ciência pode ser adquirida de duas formas: pelo ensino do professor e pela invenção do próprio educando. Mas Santo Tomás esclarece que a aquisição da ciência pelo ensino do educador é muito mais eficiente do que a que se processa pela descoberta do aluno. É que o mestre possui a ciência em ato completo e não apenas em estado potencial, estando já a sua mente informada, não só pela própria experiência, como pela experiência dos outros homens. E essa ciência que o mestre propõe por meio das palavras, e as palavras, simbolizando as ideias, ficam mais próximas da verdadeira realidade das coisas do que os seus aspectos sensíveis, que são apenas os primeiros elementos com que o intelecto elabora o conhecimento.

“As palavras do mestre, lê-se no ‘De Magistro’, por designarem significados

inteligentes, são causas mais próximas da ciência do que as realizadas extrapsíquicas”.

Vê-se assim que, embora admitindo a possibilidade de se obter a ciência por invenção própria, não deixa, entretanto, o Angélico de assinalar a importância do auxílio do mestre, auxílio que só seria dispensável se o intelecto do aluno fosse tão perspicaz que por si só pudesse passar dos princípios conhecidos às conclusões⁶. Mas essa perspicácia, que segundo o ensino do mesmo Doutor, não existe comumente no intelecto do homem adulto, de forma alguma se pode encontrar na mente da criança, ainda não habituada a passar dos princípios às conclusões, dada a sua imaturidade mental e certos característicos de sua vida psíquica superior. O que quer dizer que, salvo casos excepcionais, não pode a criança aprender por si mesma, sem auxílio do mestre. Isso quanto a função didática ou de ensino, que é, apenas, uma das cinco funções que integram a complexa atividade doente. Quando tratamos desse assunto, em capítulo especial, vimos como todas essas funções, em que se desdobra a ação educativa, se caracterizam como atividades positivas, com objetivos imediatos bem definidos e exigindo, por sua própria natureza e sua complexidade, um agente externo que as exercite.

3. A VOCAÇÃO DO EDUCADOR

Acredita Buyse que, com o correr dos tempos, os processos metodológicos, surgidos das conclusões da Didática Experimental, virão reduzir a parte da arte educativa, o que ele chama vocação, em proveito da técnica pedagógica, considerando-se mais importantes os atributos adquiridos de que os inatos⁷. Essa

⁵ “A filosofia da educação sob o ponto de vista democrático.” – Liv. Acadêmica, São Paulo, 1938.

⁶ “Si adeo esset perpicatis intellectus quod per se ipsum posset ex

principiis notis conclusiones elicere” – De Veritate”, Q XI, art 1.

⁷ “Lá experimentación em Pedagogia”. Trad. Espanhola de Pablo M. de Salinas, editorial Labor, 1937. Pág. 29.

é, efetivamente, uma aspiração, ou mais do que isso, um propósito obstinadamente alimentado pela pedagogia da “escola nova”, que se empenha em tornar o trabalho educativo inteiramente alheio aquilo que se tem chamado o “dom do mestre”, baseando esse trabalho, tão-somente, na técnica profissional.

Essa tendência da pedagogia moderna não é mais do que uma forma de reação contra aquela mentalidade pedagógica de antigamente que, sobrestimando esse “dom” profissional, pouco se preocupava com os fundamentos científicos da ação educativa. Mas essa reação se torna extremada quando vai ao ponto de negar ou obscurecer a significação dos atributos naturais que definem a vocação, como fator da eficiência do trabalho docente. Como veremos adiante, ao tratarmos dos fatores da educação, a eficácia do trabalho pedagógico depende tanto da formação profissional, como da vocação para o magistério.

Quais as características dessa vocação? Antes de tentarmos estudar esse problema, convém lembrar o conceito de vocação, que, segundo Claparède, é a reunião no mesmo indivíduo dos interesses e capacidades naturais relacionados com o exercício de uma profissão determinada.

Nenhum pedagogo moderno se avantajou, talvez, a Kerschensteiner na compreensão do problema do educador, nem ninguém soube melhor do que ele definir as características fundamentais da vocação do mestre. Por isso, acreditamos que a melhor maneira de esclarecer esse grave assunto seria inspirar-nos nos grandes ensinamentos desse mestre da pedagogia contemporânea.

A vocação do educador manifesta-se, segundo Kerschensteiner⁸, preliminarmente, por uma duradoura preocupação com os valores espirituais, no sentido mais amplo

desse termo.

A essa disposição inicial se acrescenta, na alma do verdadeiro educador, uma viva simpatia pelas necessidades corporais e anímicas das crianças, do que nasce o impulso natural de ir em sua ajuda.

A capacidade de compreensão da alma infantil e a fé no valor absoluto dos princípios fundamentais da consciência humana, é outro traço da vocação do educador, segundo Kerschensteiner.

No que se refere à sua vida intelectual, nota Kerschensteiner que o trabalho do educador está mais em consonância com o do artista do que com o do cientista puro, o que quer dizer que esse trabalho exige maior capacidade de criação do que de pura observação e raciocínio. A atividade intelectual do educador é naturalmente menos analítica do que sintética, nesse sentido, que deve visar sempre à generalidade dos problemas e não os seus aspectos parciais ou fragmentários. É absolutamente necessário que o educador possua uma vontade firme e autônoma, como base para a formação do caráter moral. E como o caráter só se pode construir sobre uma base religiosa e, também, porque só o amor dos nossos semelhantes pode tornar fecunda a missão do educador e esse amor é inseparável da religião, conclui Kerschensteiner que a religiosidade seja uma virtude fundamental do educador.

Outro elemento básico da vocação de educador é, para Kerschensteiner, um certo espírito infantil, uma espécie peculiar de juventude mental, em que se radicam as suas simpatias naturais para com a infância e a capacidade de compreensão de sua alma: “O

⁸ Georg Kerschensteiner – “El alma del educador y el problema de la formación del Maestro”. Versão espanhola de Luiz S. Sarto. Ed. Labor. Madrid.

verdadeiro educador, diz ele, conserva durante toda a sua vida uma espécie de caráter infantil que lhe franqueia sempre o caminho, ainda tempo, pela couraça da meditação e da reflexão⁹.

Inclui ainda Kerschensteiner entre os atributos característicos da vocação para o magistério o bom-humor. Esse bom-humor, esclarece ele, não é apenas um estado emotivo passageiro, uma disposição de ânimo que nasce e rapidamente se dissipa, mas é um modo de compreensão da vida e dos seus problemas, um inalterável otimismo em face de qualquer situação.

Essa atitude mental é consequência da “simpatia, que sente a pulsação da vida nas grandes como nas pequenas coisas”, e a compreensão, que tudo ordena num grande e harmonioso conjunto¹⁰.

Depois da religiosidade, esse “humor, como sentimento da vida”, é, para Kerschensteiner, a nota mais distintiva da vocação do educador.

4. A PERSONALIDADE DO EDUCADOR

Mais do que no rigor da técnica e dos pedagógicos, repousa a eficiência da educação na personalidade do educador. Isso não quer dizer que a missão de educar dispense a contribuição da ciência e da técnica e que a intuição pedagógica, as qualidades congênitas do educador, por si só bastem ao exercício do magistério, independentemente da formação profissional apropriada. Mas o que não deve ser posto em dúvida é que nenhum preparo técnico, nem mesmo nenhuma formação profissional, no sentido estrito que se dá a essa expressão, possa suprir no educador a ausência daqueles atributos pessoais que definem a

¹¹ Apud De Houve et L. Breckx – “Les maitres de la

quando sua alma esteja cingida, desde longo personalidade do educador. “O educador moderno, diz Foerster, recorre sempre a novos métodos mais e mais refinados para combater os erros e as fraquezas da juventude: ele esquece constantemente que a influência de uma pessoa sobre outra é muito menos o resultado de uma poderosa energia espiritual, de uma vontade bem ordenada, capaz de corrigir, por isso mesmo, as desordens da vontade dos seus discípulos”¹¹. O mesmo ensinamento encontramos em Kerschensteiner: “Somente de uma personalidade forte, de uma vontade firme, dirigida exclusivamente por si mesma se pode esperar uma influência constante e duradoura”¹².

O primordial fator da eficiência da ação educativa é, pois, a personalidade do educador, ao contrário do que professam aqueles que, demasiadamente apegados aos ensinamentos de Basedow e de Pestalozzi, situam de preferência, nos métodos empregados, a eficácia docente.

A personalidade, como dizem A. Decoene e A. Staelens, “é a intimidade mais profunda do homem, poderia dizer-se, e seu eu, enquanto vive por si mesmo. É alguma coisa de permanente, de indestrutível, que conduz cada indivíduo no curso desta existência e faz com que ele permaneça o mesmo na outra vida, na eternidade”¹³.

Na “Enciclopédia de Educação e Ensino Schmidt” encontra-se esta magistral descrição da personalidade do educador: - “Um homem, cujo espírito e vontade saibam resistir às alterações e o ânimo e às perigosas parciaisidades da idade; que, como homem

pédagogie contemporaine”.

¹² Op. Cit.

¹³ “Introduction à la Pédagogie” – Louvain, 1933.

⁹ Op. Cit.

¹⁰ Idem, idem.

adulto, tenha profundamente arraigada a convicção da fé cristã e de sua salvação, e que, partindo daí, contemple com amplitude de vista o mundo e a vida; que se sinta impelido por uma inclinação natural a comunicar aos outros homens e, em particular à criança, os frutos do seu saber e de sua experiência; um homem cuja superioridade pessoal seja imediatamente sentida pelas crianças, não, porém, como um fardo que as oprima, mas como uma força pura, disciplinada, sincera, estimulante; um, homem que una a um santo amor pela juventude a capacidade especial de descer até ela para conduzi-la pelo caminho que lhe foi assinalado por Deus tal é o verdadeiro educador”¹⁴.

A personalidade, no sentido em que a estamos considerando, não é um dom inteiramente natural e inato, mas é o resultado de uma conquista que não se realiza sem um trabalho intenso e persistente, tendo como ponto de partida o caráter individual. Resulta, portanto, a personalidade do educador da sua vocação e da sua formação profissional.

Na formação da personalidade do educador, a ciência representa um papel que não pode, de modo algum, ser negligenciado, pois, como diz Charmont: “Se a ciência não basta para tudo, nada, entretanto, a substitui”¹⁵. É indispensável que o educador saiba não só o que ensina, mas também como ensina e para que ensina. Mas para o professor, mais do que para qualquer outro intelectual, a ciência não deve ser apenas um meio de ilustração ou erudição, e, sim, sobretudo, um instrumento de cultura e de formação, pois o que mais importa para o êxito da ação educativa não é o que o professor sabe ou tem, mas o que êle é. Por isso, os conhecimentos adquiridos pelo educador só contribuem com eficácia para o êxito de sua missão, na medida em que se

incorporam à sua personalidade. “O ideal de nossa vida, escreve luminosamente o Prof. Von Ginnken, S. J., não é vender aos nossos alunos um pouco da ciência que tenhamos adquirido, pois essa ciência nada é se permanece estranha a nós mesmo, circulando de mão em mão. O ser acumulado deve, incorporado ao nosso próprio ser, integrar-se em nossa personalidade, em nossa vida, antes de ser transmitido, e para sê-lo eficientemente”¹⁶.

Isso mesmo é o que dizia Spalding: “A coisa capital não é, de modo algum, o que o professor diz ou ensina, mas o que ele é em si mesmo. A vida que ele vive e tudo que essa vida revela a seus discípulos, mesmo os seus atos inconscientes, mas sobretudo o que na profundidade de sua alma ele espera, crê e ama, tudo isso exerce uma influência bem mais profunda do que todas as suas lições”¹⁷.

SINOPSE

No sentido lato, educador é todo homem que, intencionalmente, exerce sobre os seus semelhantes uma benéfica influência espiritual, mas, no sentido escrito, só se pode considerar educador aquele que, consciente, direta e sistematicamente, exerce, como uma missão, a ciente principal da educação, é imprescindível a ação do educador no processo educativo, no qual desempenha, não apenas o papel de condição, mas de causa eficiente auxiliar. – As notas características da vocação do educador são as seguintes: duradoura preocupação com os valores espirituais, simpatia pelas necessidades corporais e anímicas das crianças, natural capacidade de compreensão da alma infantil e da dignidade da pessoa humana do educando, maior capacidade de criação do que mesmo de

¹⁴ Georg Bauer – “La profession del educador” – in “Enciclopedia de Ensino Schmidt”.

¹⁵ “A estrada real da inteligência”, trad. Brasileira de “La tête plen faicte”. Liv. Dp Globo, Pôrto Alegre, 1944.

¹⁶ Apud De Hovre et I. Bfeckx, op. Cit.

¹⁷ Idem, idem.

raciocínio, inteligência mais sintética do que analítica, fortaleza de vontade, religiosidade, juventude espiritual e otimismo – O primordial fator da educação é a personalidade do educador, não o que ele diz ou sabe, mas o que é em si mesmo.

TEMAS PARA EXERCÍCIO

1. Quais as notas características do conceito de educador, no sentido lato e no estrito sentido?
2. Criticar os conceitos de educador de Kerschensteiner e de Stuart Mill.
3. Por que a auto-educação não pode ter a mesma eficiência da educação de Kerschensteiner sobre a vocação do educador?
4. Desenvolver alguns dos conceitos Kerschensteiner sobre a vocação do educador.
5. Em que medida poderá formação profissional suprir a ausência da vocação do magistério?
6. Que papel desempenha a ciência na formação da personalidade do educador? –
7. Desenvolver este preceito de Charmont: “É indispensável que o educador saiba não só o que ensina, mas, também, como ensina e para que ensina”.
8. Interpretar e desenvolver os conceitos da “Enciclopedia Schimdt” sobre a personalidade do educador.